

Mais de 10 milhões de hectares têm Cadastro Ambiental Rural validado no Pará

 noticiasagricolas.com.br/noticias/agronegocio/407816-mais-de-10-milhoes-de-hectares-tem-cadastro-ambiental-rural-validado-no-para.html

Secom Pará

September 18, 2025



Avanço garante segurança jurídica a produtores, amplia acesso a crédito e fortalece a recuperação de áreas degradadas

Em agosto de 2025, o Pará ultrapassou a marca de 10 milhões de hectares de Cadastro Ambiental Rural (CAR) validados, resultado de 51,4 mil imóveis com processos concluídos. Desse total, 9,3 milhões de hectares foram analisados por equipes técnicas da Semas e outros 680 mil hectares validados pelo sistema automatizado CAR 2.0.

A validação do CAR garante aos produtores acesso a crédito agrícola, ao Pronaf, ao Plano Safra e a iniciativas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), além de segurança jurídica e adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA). Entre 2016 e 2025, a Semas concluiu mais de 200 mil processos, com média atual de 1.600 análises mensais.

O governador Helder Barbalho considera o resultado um passo decisivo para a agenda ambiental do Estado. “Garantir a regularização das propriedades rurais fortalece a agricultura familiar e assegura que a produção esteja alinhada com a preservação da Amazônia. Regularizar significa gerar oportunidades, atrair investimentos e mostrar que é possível conciliar desenvolvimento com sustentabilidade”, afirma.

O avanço é fruto das ações do Programa Regulariza Pará, que alia tecnologia, presença em campo e parcerias institucionais para acelerar a regularização. A estratégia inclui o uso de unidades móveis de atendimento equipadas com internet, que levam a validação do CAR a comunidades em regiões de difícil acesso. O programa também promove mutirões em

municípios do interior — os mais recentes realizados em Trairão e Xinguara — e articula uma rede de apoio com Incra, Emater, Iterpa, Ideflor-Bio, sindicatos, prefeituras e o setor privado, sob coordenação da Diretoria de Geotecnologias (Digeo) da Semas.

“Esse resultado fortalece a política de regularização ao dar segurança jurídica ao produtor, ampliar o acesso a financiamento e integrar a agricultura local a práticas sustentáveis que preservam a floresta e fortalecem a economia de baixo carbono”, afirmou o secretário adjunto de Gestão e Regularidade Ambiental do Estado, Rodolpho Zahluth Bastos.

Com as áreas regularizadas, o Estado acelera a entrada de agricultores no sistema de crédito e amplia a base de propriedades aptas a aderir a programas de regularização e restauração ambiental. O impacto é direto sobre a agricultura familiar e os assentamentos da reforma agrária, que passam a contar com mais segurança jurídica e oportunidades de financiamento para manter a produção em áreas legalmente regularizadas.